

Paralisação das maternidades: 13 dias que fizeram história

Entre tantas batalhas travadas pelos médicos, em 2016, é inegável que a greve das maternidades foi uma das mais importantes, não só pelo seu resultado positivo, mas também pela participação massiva dos médicos no movimento. O principal ganho da mobilização foi, sem dúvidas, a contratação via CLT nas maternidades Tsylla Balbino, Iperba, Hospital Roberto Santos e Albert Sabin. Entretanto, devido a discrepâncias na remuneração – atualmente, celetistas ganham mais do que estatutários –, a nova luta da categoria é pela equiparação salarial, tendo em vista que os profissionais executam o mesmo trabalho. Oportunamente, o Sindimed reitera que a forma de contra-

tação que sempre defendeu e defende é a do concurso público para médicos.

Como já havia sido denunciado pelo Sindimed, esses profissionais mantinham, há muitos anos, vínculos precários, como é o caso da modalidade de contratação Pessoa Jurídica (PJ). Em assembleia realizada na sede do sindicato, no dia 17 de novembro de 2016, os médicos das maternidades, por estarem com contratos vencidos desde 2015, decidiram, unanimemente, pelo não retorno aos postos de trabalho. A paralisação seguiu até o dia 29, totalizando 13 dias de luta. A decisão foi fruto da incerteza sobre a renovação dos contratos de trabalho dos profissionais que trabalhavam com víncu-

Orquestrado pelos neonatologistas, o movimento se firmou como um divisor de águas na relação contratual do governo com os profissionais médicos

lo PJ nas maternidades Tsylla Balbino, Iperba, Hospital Roberto Santos e Albert Sabin. Além disso, na ocasião, tinha profissional que não recebia salário há mais de um trimestre.

Depois de meses tentando uma saída, junto ao governo, os médicos amargaram uma incontestável demonstração de desrespeito: a Sesab não apresentou solução para a renovação dos contratos, no período previsto. Lamentavelmente, o governo não deu sinais de interesse na regularização desses vínculos, feitos como



Em assembleia, médicos decidem pela paralisação



Proposta apresentada pela Secretária de Saúde é considerada inconsistente

se os profissionais fossem Pessoa Jurídica (PJ), modalidade que há mais de dois anos havia sido contestada pelo Tribunal de Contas do Estado. A partir dessa clara inoperância do governo, os profissionais lotaram as assembleias e demonstraram o fôlego para lutar pelos seus direitos.

Embora o movimento tenha sido iniciado pelos médicos neonatologistas, logo obteve apoio dos obstetras e anesthesiologistas. Os profissionais se uniram a fim de questionar a sua situação contratual. Com a adesão de outras especialidades, ficou evidente que o movimento ganhou maior proporção e força. Além das recentes adesões e do apoio do Sindimed, desde o começo do movimento, os profissionais contaram, também, com o apoio da Sociedade Baiana de Pediatria (Sobape). Desta forma, pressionaram o governo e conseguiram obter um contrato de trabalho, via CLT, que ao menos garante mais segurança e dignidade.

NOVO CONTRATO, VELHOS PROBLEMAS

“Nós, hoje, temos carteira assinada, temos um instrumento legal que nos vincula ao Estado”. Esta é a avaliação de Dina Lúcia Daltro, coordenadora da UTI Neonatal do Hospital Roberto Santos, sobre o resultado alcançado pelo movimento. Com a nova empresa gestora, embora os contratos tenham sido firmados na modalidade CLT, os mesmos têm caráter temporário. Trata-se de um contrato emergencial de 90 dias que pode vir a ser prorrogado pelo mesmo período. Atualmente, a empresa responsável é a INTS. Entretanto, a expectativa é de que a Sesab formate um plano de contrato definitivo.

Com as carteiras assinadas e em mãos, os médicos vislumbram mais segurança nos seus empregos e aguardam, com grande expectativa, o estabelecimento de um cronograma men-

sal de pagamento, assim como já existe para os funcionários efetivos do Estado. Pela CLT, que norteia esse contrato emergencial vigente, os pagamentos dos salários devem ser feitos até o quinto dia útil do mês subsequente, fato que ainda não ocorreu no primeiro mês do contrato. “Queremos crer que esse atraso, que ocorreu no primeiro mês, decorre de ajustes de um contrato em caráter emergencial e que seja resolvido para que os médicos possam ter a possibilidade de planejar a sua vida financeira”, sinalizou Dina Lúcia Daltro.

Outro problema apontado pela gestora são as coberturas das férias e das licenças dos sesabianos – médicos concursados –, tendo em vista que este contrato emergencial do governo com a INTS não prevê o pagamento do médico substituto, deixando as escalas de trabalho com vários horários vagos.

A Dra. Áurea Meireles, neonatologis-

ATENDIMENTOS SUSPENSOS EM MATERNIDADES POR IRRESPONSABILIDADE DO GOVERNO

Há mais de dois anos, o Tribunal de Contas do Estado apontou irregularidades na contratação dos médicos como Pessoa Jurídica. O Ministério Público do Estado cobrou a regularização dos vínculos, mas nenhuma providência foi tomada pelo Governo. Apesar de irregulares, os contratos permaneceram até 2015, quando a vigência expirou.

Inerte diante dos fatos, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) deixou os médicos na completa incerteza sobre sua relação de emprego e sequer se terão remuneração no final do mês. Muitos já acumulam três ou quatro meses sem salário. Como se não bastasse o clima de angústia, os médicos vêm sendo assediados pelo Tribunal de Contas, equivocadamente, porque a ilegalidade é patrocinada pelo Governo.

Sem ter mais a quem recorrer, depois de esgotar todas as tentativas de negociação com a Sesab, os médicos das maternidades Albert Sabin, Tsylla Balbino, Iperba e Hospital Roberto Santos suspenderam os atendimentos. O movimento, iniciado no dia 17 de novembro, pelos neonatologistas (que dão os primeiros cuidados aos recém-nascidos), rapidamente recebeu a adesão das equipes, compostas por obstetras, anestesistas e cirurgiões pediátricos.

Lamentavelmente, o Governo do Estado parece não se sensibilizar com o drama vivido pelos profissionais e gestantes. Continua negligenciando a situação das maternidades na Bahia.

Enquanto permanecer a paralisação, as pacientes devem procurar as demais maternidades públicas ou privadas, a exemplo da José Maria Magalhães (Pau Miúdo), Climério de Oliveira, João Batista Caribé, Hospital Santo Amaro, Português etc., que não negarão atendimento, visto que parto é uma urgência médica.

A decisão de suspender os atendimentos conta com o apoio da Sociedade Baiana de Pediatria (Sobape). Além disso, o problema vem sendo acompanhado de perto pelo Creneb.

O Sindimed continuará na luta em defesa dos direitos dos médicos e da comunidade, por uma saúde de qualidade para todos.

Salvador (BA), 27 de novembro de 2016.



ta da Maternidade Tsylla Balbino, aponta que houve 100% de adesão dos médicos de vínculos precários PJ à nova modalidade de CLT. A médica afirmou que o grande número de adesões só fortalece a ideia de que os profissionais permanecem no vínculo PJ por falta de opção. “Eu vejo que é um ganho para o médico, na qualidade de vida, qualidade do vínculo, se não fosse benéfico não teriam tantas adesões”, afirmou. Outro fato positivo apontado foi que os valores salariais foram atraentes, o que foi importante, tendo em vista que, historicamente, as propostas de adesão via CLT, por parte do governo, tem valores de remuneração abaixo do esperado pelos profissionais.

“Com o movimento, ganhou todo mundo. Agora, o interesse por ser contratado melhorou, o salário melhorou”. Assim avalia Délia Peleteiro, coordenadora do serviço de Neonatologia do Iperba. Entretanto, para a gestora, a luta agora é pela equiparação salarial, tendo em vista que, com a mudança, atualmente os médicos celetistas estão com vencimentos superiores aos dos estatutários. “Apesar de ser um ganho para o contratado, é necessário que haja equiparação salarial, porque não é justo que todos executam o mesmo serviço, com a mesma carga horária e recebam salários diferentes, sinalizou Dra. Délia.

Santa Casa encerra contrato com calote

Mais uma crise anunciada se abateu, no início deste ano, sobre a Maternidade Professor José Maria de Magalhães Neto. O contrato de gestão entre o Governo do Estado e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, expirou no dia 20 de janeiro, mas a instituição não se preparou para isso e ficou adiando o pagamento da rescisão dos funcionários. Os salários de dezembro só foram pagos – com atraso –, após manifestações realizadas na Pupileira e no hospital Santa Isabel. Porém, até fevereiro, os salários de janeiro continuavam pendentes.

Em audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho (MPT), no dia 10 de janeiro, na qual a Secretaria de Saúde (Sesab) sequer mandou representante, os administrado-



res da Santa Casa declararam que as rescisões não seriam pagas porque a Sesab deixou de repassar R\$ 13 milhões à instituição. Como não houve conciliação entre as partes, o MPT fez um encaminhamento para abertura de Inquérito Civil Público.

Um sentimento de frustração se abate sobre a categoria médica ao sofrer, em plena capital baiana e dado por uma entidade filantrópica, outro “calote”, que é um dos principais fatores que afastam o médico brasileiro das cidades do interior.

Mesmo enxergando o movimento como vitorioso e comemorando a contratação via CLT, a médica Tereza Paim, diretora técnica da Maternidade Albert Sabin, enxerga ganhos de médio a longo prazo, mas também chama atenção para as limitações dessa modalidade. Para ela, o médico tem de ter autonomia nos seus vínculos, tendo em vista que, para que o contrato exija regime de exclusividade do profissional, é necessário que os salários sejam atraentes. “O contrato CLT é um limitador, porque o médico fica impedido de ter outros vínculos. Os médicos neonatologistas que atuam em UTI Neonatal e semi-intensiva, pela sua raridade, deveriam ter remunerações diferenciadas. Assim como já é praticado com outras especialidades que têm escassez de profissional”, lembrou.

PEJOTIZAÇÃO: QUEM PAGA ESSA CONTA?

A pejotização foi desnudada durante a crise das maternidades. A precariedade dos vínculos foi sentida pelos profissionais que viram seus destinos nas mãos de um Estado omissivo. As consequências dessa prática se apresentam na forma de frouxidão nos laços de trabalho, desorganização da Residência Médica, marginalidade, médicos em condições precárias de trabalho, preceptoría, salários atrasados. Engana-se, porém, quem pensa que a pejotização só prejudica o profissional. Essa modalidade de contratação tem um resultado devastador na Saúde Pública do país.



Cidadão, o que você tem a ver com isso?



Frouxidão nos laços

Médicos: vivem sob a sombra da incerteza da sua permanência no trabalho, porque não há, de nenhuma das partes, o compromisso formal sobre o trabalho.

Usuário: A grande rotatividade, devido à instabilidade dos contratos, faz com que a população não tenha continuidade do seu acompanhamento médico realizado por um profissional.

Condições precárias de trabalho

Médicos: Não têm acesso a locais de trabalho que façam jus à importância da sua atividade. Em diversos hospitais faltam estruturas dignas, que vão do mobiliário até aos equipamentos para a realização de exames.

Usuário: Se o médico sofre com a falta de estrutura, imagine o usuário que, muitas vezes, está com a saúde vulnerável, necessitando de cuidados especiais com o mínimo de conforto para a sua recuperação. E, ainda mais grave, necessitar de um exame e não fazer, porque não tem equipamento.

Salários atrasados

Médicos: Todo cidadão tem direito a receber pelo seu trabalho, com o médico não seria diferente. Obviamente, o não pagamento causa insatisfação e preocupação ao profissional.

Usuário: O médico trabalhando com mais preocupações em mente, por conta de suas obrigações financeiras, gera um estresse adicional durante o trabalho, como em qualquer outro profissional.

Problemas na Preceptoría e Residência

Médico: O preceptor é um profissional experiente, que auxilia na formação. Para isso, ele precisa ter toda uma estrutura e tempo hábil para passar todo o seu conhecimento. Com a pejotização, que obriga o médico a ter uma carga horária de trabalho extenuante, o profissional ainda se vê obrigado a desempenhar o difícil papel de formar um outro profissional.

Usuário: Se existe uma carga de trabalho exacerbada de alguma forma, isso se reflete no usuário do serviço. Seja na morosidade do atendimento ou na qualidade do mesmo. Os ensinamentos durante a Residência são fundamentais para o que será esse profissional no futuro.